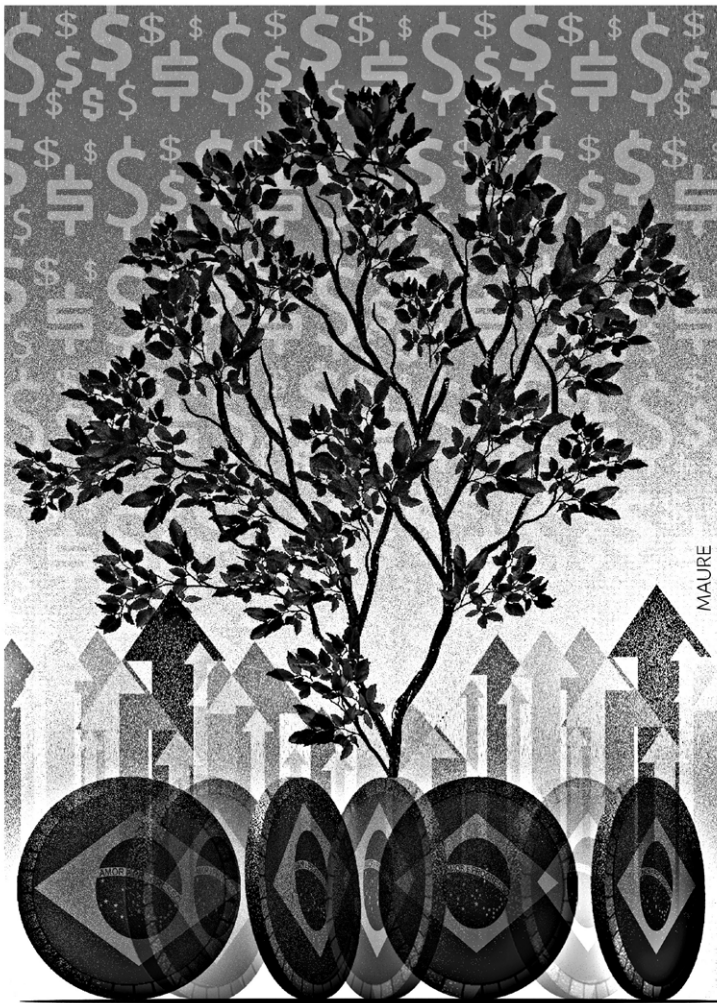


Bioeconomia como indutora de complexidade econômica e competitividade industrial

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador da Embrapa Agroenergia



O conceito de complexidade econômica, desenvolvido pelos cientistas César Hidalgo e Ricardo Hausmann, da Universidade de Harvard, se refere à capacidade de países produzirem uma ampla variedade de bens e serviços, combinando diferentes habilidades e conhecimentos. Para entender o conceito, imagine que uma economia é como um quebra-cabeça. Cada peça representa uma habilidade ou um conhecimento que é necessário para produzir um bem ou um serviço. Quanto mais peças um país tem, mais complexa é sua economia.

Economias mais complexas criam oportunidades de sinergias e fertilização cruzada, porque a produção de bens e serviços em diferentes setores pode gerar interdependências e complementaridades, criando oportunidades para o surgimento de produtos e serviços. Por exemplo, a indústria de tecnologia pode se beneficiar da produção de softwares, hardwares e equipamentos eletrônicos, e a indústria de cosméticos pode se beneficiar da produção de matérias-primas naturais, como óleos essenciais, extratos vegetais, pigmentos, corantes etc.

Complexidade econômica pode ser um importante indicador de capacidade competitiva e alcance de mercados por um país. Os idealizadores do conceito desenvolveram uma métrica — o Índice de Complexidade Econômica (ECI, Economic Complexity Index) — que dá uma estimativa da competitividade de um país com base na quantidade e na diversidade de produtos e serviços que exporta. Países que têm ECI alto produzem uma maior variedade de bens e serviços, o que tem boa correlação com o grau de diversidade da sua base industrial e com sua capacidade de inovação.

Países com economias mais complexas tendem a ser mais competitivos e resilientes, podendo, por exemplo, promover de forma mais célere a automação das suas indústrias ou se beneficiarem mais rapidamente de tecnologias disruptivas, como a inteligência artificial. A Coreia do Sul é um exemplo de país que conseguiu aumentar sua complexidade econômica e se tornar desenvolvido e internacionalmente competitivo em relativamente pouco tempo. O país investiu fortemente em educação e treinamento,

infraestrutura, inovação e integração internacional, tendo alcançado em 2021 a quarta posição no ranking global de complexidade econômica (ECI).

Países com economias pouco complexas, fundamentadas em recursos naturais, como o Brasil — que ocupou em 2021 a posição 49 no ECI — podem estar frente a uma oportunidade única para elevar sua complexidade econômica e diversidade industrial por meio da bioeconomia. Um novo paradigma econômico, que nasce inspirado na natureza, a bioeconomia utiliza recursos biológicos, como plantas, animais e microrganismos, para produzir produtos e serviços como solução para a sustentabilidade dos mais variados ramos industriais, em especial para substituição de recursos fósseis e não renováveis.

O fortalecimento da bioeconomia decorre do clamor global pela sustentabilidade, intensificado pela crise climática, pelo crescente risco de crises sanitárias e pandemias e pela desigualdade social que se agrava em todo o planeta. A partir dela, se busca a reconciliação entre os sistemas humanos e a natureza, consolidando a visão

de que prosperidade econômica precisará estar associada à melhoria ambiental e social, e que o meio ambiente precisa ser visto como gerador de novas oportunidades de crescimento e inclusão.

Um estudo recente, desenvolvido pela Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) em parceria com a Embrapa Agroenergia, Senai, Cetiqt, CNPEM/MCTI e Laboratório Cenergia da UFRJ, revelou que a bioeconomia pode gerar um aumento de quase US\$ 290 bilhões ao PIB brasileiro, além de reduzir as emissões de carbono em cerca de 550 milhões de toneladas, nos próximos 27 anos. O potencial econômico e ambiental da bioeconomia no Brasil é tão grande que o estudo está sendo aprofundado, com a inclusão de tecnologias emergentes, o que poderá indicar benefícios ainda maiores e novas oportunidades de diversificação industrial nos horizontes de 2030 e 2050.

A bioeconomia abre múltiplas oportunidades para a agricultura, setor historicamente associado à baixa complexidade industrial do Brasil. A reversão dessa percepção pode se dar pela capacidade que a agricultura tem de acessar recursos naturais com eficiência, o que pode inserir o país em ver-

tentes industriais sofisticadas nos setores de alimentos e fibras, mas também de energia, química, materiais, dentre outros. Biorrefinarias associadas à agricultura poderão alimentar um diversificado parque industrial de base natural, posicionando o Brasil como produtor de matérias-primas e produtos renováveis em substituição à grande parte do que hoje se deriva do petróleo.

As possibilidades ficam ainda mais fascinantes quando se avalia que o Brasil tem um grande potencial para o desenvolvimento da bioeconomia em sinergia com a economia do hidrogênio, que é a fonte energética do futuro, porque é limpa, renovável e abundante. O país tem uma ampla gama de recursos que podem ser usados para produzir hidrogênio verde ou renovável a partir de energia solar, eólica e de biomassa. A sinergia entre esses dois setores pode abrir oportunidades para o Brasil liderar o desenvolvimento de uma diversificada base bioindustrial de baixo impacto e grande capacidade competitiva, em plena sintonia com a agenda global pela sustentabilidade.

Escravidão e o Banco do Brasil: o que fazer?

» JOSÉ VICENTE
Advogado, sociólogo, reitor da Universidade Zumbi dos Palmares e doutor em educação

Junto com a vergonha indelével de haver mantido um regime de escravização de homens e mulheres negras por quase 400 anos, o Brasil acrescentou a vergonha insuperável de haver a extinguido com dois artigos de lei: Está extinta a escravidão desde dessa data. Revogam-se as disposições em contrário. Sem direitos, renda, indenização, reparação, terra, moradia, educação. Sem direito de voto e sem poder ser votado pela limitação do analfabetismo e da renda.

Distinguido e desigualizado numa república construída sobre os fundamentos da liberdade, igualdade e a garantia de um Estado Democrático e de Direito, o que se seguiu foi mais um engodo, que substituiu a escravidão legal pela condição análoga à escravidão e transformou o racismo, que antes sustentava a subjugação humana, em instrumento que, até os dias atuais, inferioriza, aparta, discrimina e cerceia o acesso, a participação e o usufruto isonômico dos direitos e da cidadania por conta de raça e da cor da sua pele.

A despeito do “espírito da época”, como conciliar a escravização, um crime de lesa humanidade que teve como fundamento o racismo se ambos são tidos como crimes imprescritíveis? E o lucro obtido com essa infame indústria, constitui locupletação ilícita? Qual a culpabilidade e as responsabilidades de seus operadores de ontem e seus herdeiros de hoje?

Para essas e tantas outras questões insistentemente silenciadas do nosso histórico da escravidão, o inquérito civil instaurado pelo Ministério Público Federal para apurar a conduta do Banco do Brasil na operação, na sustentação e nas vendas de serviços, produtos financeiros e lastro para a realização do comércio negreiro representa uma extraordinária oportunidade para passar a

limpo esse período horripilante da vida do país.

Representa, também, oportunidade única para explicitar como operava a organização dessa cadeia ao menos injuriosa, quem foram seus operadores e quanto cada um deles lucrou. Servirá também para conhecer quem foram os negros comercializados, de onde vieram, quem eram seus familiares, por quem e por quanto foram comprados e vendidos; dados até hoje custodiados do Banco do Brasil.

Se é fato que o debate e o deslinde dessa questão poderá consumir tempo e até frustrar aqueles que nela veem uma luz no fim do túnel do esquecimento e apagamento da história da escravidão, o Banco do Brasil, empresa de referência internacional e, hoje, baseado em sólidos fundamentos de respeito e valorização da dignidade humana, pode, da mesma forma, fortalecer o espírito do novo tempo civilizatório e usá-lo como objeto de reflexão voluntária.

Pode também, independentemente de qualquer questão, reconhecer que sua gênese, além de imoral, é inaceitável e indefensável para os dias atuais. E, consequentemente, assumir que a ação daqueles que construíram sua história vitoriosa foi realizada sobre a dor, o sofrimento e o vilipêndio do homem e da mulher negra; e que seu rico patrimônio amealhado e reproduzido teve como fonte a apropriação indébita do resultado do trabalho forçado e da operação de lastreamento econômica e financeira da indústria da escravidão.

Logo, se é de inventário e esclarecimento histórico que essa agenda necessita, o Banco do Brasil pode ser o primeiro a financiar a produção das pesquisas nos seus arquivos e de congêneres. Pode brindar o país, os negros e os brancos com um museu de primeiro mundo na maior capital negra

do país que destaque e honre a sagrada memória dos que tombaram na escravidão. Pode recortar em todos os seus centros culturais um espaço de qualidade para a história do negro e suas realizações. Pode, por meio da sua universidade corporativa, construir o maior projeto de letramento racial corporativo do país e, com sua poderosa fundação, produzir o material didático e formar os professores que as escolas públicas necessitam para implementar a história do negro e a história da África, obrigatória no currículo escolar.

Pode nomear executivos negros nos colegiados de administração e na direção executiva nas dezenas de empresas de seu portfólio e exigir que, nas empresas que tomam recursos da Previ, seu gigantesco fundo de pensão, seja cumprida essas medidas. Pode criar um fundo de apoio à manutenção do jovem negro cotista nas universidades e na preparação para os concursos de cotas no serviço público, e até um cartão de crédito especial para apoio e fomento ao empreendedorismo negro e para facilitar seu acesso à tecnologia e aos equipamentos e universo da cultura. Da mesma forma, pode fortalecer e cooperar com a cadeia da economia criativa da cultura negra, como o carnaval, as escolas de samba, os ambientes da capoeira e os espaços da sua religiosidade.

O Banco do Brasil não pode tudo, mas pode muito. Se a escravidão apagou a história do negro e o tripudiou sobre seu pertencimento, o Banco do Brasil, com poucos gestos de reverência e justiça, pode ajudar recontar a verdadeira história do povo brasileiro e conscientizar a todos da sua e demais histórias terríveis do passado. Justamente para que, dela, todos tenham conhecimento e consciência, e principalmente para que ela nunca mais se repita.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Reforma em favor da harmonia entre os Poderes

Fala-se muito em reformas tributárias, administrativas e políticas, mas pouco se ouve sobre reforma do Poder Judiciário. O tema parece ter virado uma espécie de tabu. O assunto, embora não seja novo, tem reacendido debates justamente em decorrência da crise de credibilidade instalada no sistema de Justiça brasileiro, sobretudo em consequência da rotineira extrapolação de competência e de prerrogativas do Supremo Tribunal Federal.

Para os ministros, instalados nesse alto poder, o tema é incômodo, e necessita ser pensado em termos globais, já que, para eles, existe uma lista de reformas prévias mais relevantes e que precisam ser levadas adiante, antes de se falar em mudanças no Judiciário. Fica claro que esse tema virou um vespeiro a incomodar suas excelências, detentoras de poderio institucional.

As raízes dessa extrapolação de competência tiveram início justamente no parlamento, com os partidos nanicos judicializando a política, por meio de ações junto ao Supremo para questionar decisões adotadas pelo Legislativo. De lá para cá, o Supremo e, principalmente, alguns ministros mais ativistas gostaram da mecânica que era inaugurada e passaram, eles mesmos, a inverter o sentido de ações, politizando a Justiça e assumindo responsabilidades que antes eram circunscritas ao Legislativo e ao Executivo.

Hoje, essa situação, de clara inconstitucionalidade, segue em ritmo crescente, o que, para muitos cientistas políticos, poderá resultar, em curto espaço de tempo, num impasse institucional e numa crise incontornável e de grandes proporções.

Outro fato a pesar sobre essa crise anunciada é dado pela própria composição dos membros do STF e do STJ, na sua grande maioria indicada pelo partido de esquerda no poder. Por mais que se fale em independência dos ministros, a população, nessa altura dos acontecimentos, já pode perceber que essas indicações falam muito sobre o que é decidido internamente nessas altas cortes.

É impossível tratar da crise de credibilidade deixando de fora o rito e a origem das indicações feitas. A questão também não pode ser posta, como acredita o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, limitando o acesso ao STF, para que se evite ponto de contato constante com a sociedade. Existem, não é de hoje, propostas tendentes a mudar as regras de indicação de ministros para as altas cortes, reformando seu funcionamento, reduzindo e fixando mandatos e, com isso, pondo fim ao cargo vitalício.

Também na Câmara dormitam propostas para limitar atos dos magistrados, dando ao Legislativo prerrogativas para derubar decisões do Supremo que invadam competência de outros Poderes. Os ministros não querem nem ouvir falar nessas propostas, porque, segundo dizem, todas elas trazem aspectos pouco democráticos.

Mesmo a afirmativa feita por figuras dessas altas cortes de que o Judiciário desempenhou papel ativo em defesa da democracia e contra ações e ameaças que visavam golpeá-la, não se sustenta de pé, necessitando de certo distanciamento no tempo, para ser analisada com mais objetividade, razão e verdade. Falta, dos dois lados desse debate, tanto do Judiciário como do Legislativo, vontade real de levar essa questão à frente, em benefício do país.

Ao Judiciário falta humildade e desapego. Ao Legislativo, coragem de defender a sociedade e de lutar por seu espaço político. O que os próceres desses dois Poderes não sabem ou fingem não saber é que o que está em jogo é a democracia, uma criação do gênio humano, que só funciona com certa perfeição quando há harmonia e equilíbrio entre os Poderes. A hipertrofia de qualquer um dos três Poderes aponta para um Estado do tipo ditatorial e deve ser evitada, custe o que custar.

Outro ponto passível de discussão e que, pelo conteúdo, deve ser remetido ao futuro para análises mais isentas diz respeito à fala de um dos ministros do STF, que em solenidade recente afirmou que: Se a política voltou a ter autonomia, foi graças ao Supremo Tribunal Federal. Se hoje nós temos a eleição do presidente Lula, isso se deve a uma decisão do Supremo. Trata-se aqui de uma espécie de sinceridade excessiva que merece ser analisada adiante, quando todo esse período de crise e de polarização ficar para trás. Outra fala do mesmo autor, cujo nome não vale ser citado aqui, é de que coube ao Supremo impedir que a política continuasse a ser criminalizada, quando a corte passou a impor derrotas à Operação Lava-Jato.

Nada mais vergonhoso do que essa manobra e essa chicana que impediram a continuação do combate à corrupção, levando o país a um retrocesso e a dívidas contraídas por falta de gestão, planejamento e competência técnica.

É preciso destacar ainda que são lavras do Supremo decisões que afetam diretamente a sociedade brasileira, como é o caso da legalização do aborto, da descriminalização das drogas, do retorno do imposto sindical, do fim do marco temporal, entre outras estranhas iniciativas que batem na moral, nos costumes e nas crenças religiosas.

» A frase que foi pronunciada

“Se é para fazer reforma, vamos fazer de verdade, e extinguir tudo o que não é necessário. Alguns órgãos com 15, 18 ministros julgam, num ano, não mais do que uns 500 processos. Evidente que isso não é bom para a economia. São recursos que se poderia levar para a área social”

Senador Antonio Carlos Magalhães sobre a reforma do Judiciário em 1999 (publicado pela Agência Senado)

» História de Brasília

O banquete oferecido ao príncipe Philip em Brasília atestou o pouco apreço que o Itamaraty tem pela Nova Capital. Tanto assim que o sr. José Fernandes (fracasso do “Candango’s”) teve que trazer todo o banquete do Rio de Janeiro, inclusive os frangos, de avião. (Publicada em 27.03.1962).